



Caros Leitores:

O Curso de Direito do Centro Universitário do Brasil – UniBrasil - apresenta, mais um volume da Revista Cadernos da Escola de Direito. Nosso 26º volume é uma edição especial: dedica-se a celebrar os dez anos do Programa de Educação Tutorial (PET) no Curso de Direito do Unibrasil Centro Universitário.

O PET (Programa de Educação Tutorial) é um programa governamental, instituído oficialmente pela Lei 11.180/2005 e posteriormente, regulamentado pelas Portarias nº 3.385/2005, nº 1.632/2006 e nº 1.046/2007. O programa reúne grupos de estudantes de graduação em diversas instituições de ensino superior do país que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão sob a orientação de um tutor, um docente do curso em que o PET é organizado. Orienta-se pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e atualmente conta com 842 grupos distribuídos entre 121 instituições de Ensino Superior no país, sendo o Curso de Direito do Centro Universitário Autônomo do Brasil uma dessas instituições.

Em conformidade com as determinações estabelecidas pela legislação vigente, a regulamentação do PET determina os parâmetros de sua constituição acadêmica e administrativa, bem como os princípios que definem a forma de seu funcionamento, além do processo periódico de avaliação nacional dos grupos envolvidos no programa.

O PET–DIREITO/UNIBRASIL foi instituído em outubro de 2006, como órgão autônomo, porém integrado estruturalmente à Coordenação de Pesquisa e Extensão do curso de graduação em Direito da UniBrasil. A seleção do PET–DIREITO/UNIBRASIL, voltada apenas para alunos do 2º ao 6º período, é realizada anualmente (desde que haja disponibilidade de vagas) em três fases simultâneas: 1ª) análise do histórico acadêmico e do Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) do aluno postulante; 2ª) prova individual discursiva; 3ª) entrevista com uma banca composta por 3 professores do curso de Direito da Instituição. Os 12 alunos selecionados ficam vinculados ao Programa por 2 anos, com dedicação de 10h semanais às atividades, que incluem: desenvolvimento de pesquisa individual em torno de uma das duas linhas de pesquisa do Programa; participação em projetos de extensão; produção de um artigo científico individual por semestre; reuniões coletivas e reuniões individuais com a tutora. Também, desenvolvem atividades de ensino, como a organização e participação em seminários, ciclos de palestras e debates.

Para esta edição foram selecionados sete artigos de alunos atuais e egressos do PET e também de professores tutores do programa.

Carla Goulart e Polliana Schiavon apresentam o artigo “Educação inclusiva e o mercado de trabalho: uma percepção a ser construída para o além da obrigatoriedade legislativa” no qual versam sobre a necessidade da sensibilização social e da efetivação de políticas públicas que garantam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A pesquisa pautou-se por estudo bibliográfico e de campo, destacando iniciativas de inclusão dessas pessoas no meio empresarial curitibano.

O artigo “Altas Habilidades e Superdotação: uma visão através do aluno, escola e da sociedade” de Edna Ashihara Rosato e Luciana Vaz do Vale discorre sobre aspectos relacionados ao diagnóstico do quadro de Altas Habilidades/Superdotação em crianças em idade escolar, destacando a necessidade de inclusão no ensino regular dessas crianças, ressaltando que isso é uma garantia legal mas que necessita da conscientização de pais e professores e de instrumentos de efetivação via políticas públicas.

João Teixeira Fernandes Jorge no artigo “Reflexões acerca da atividade dos meios de comunicação à luz da constituição federal” aborda as atividades dos meios de comunicação de massa que sob o pretexto de transmissão de informações num estado democrático de direito, acaba por promover a formatação ideológica e comportamental das massas, direcionando seu comportamento e suas opiniões no sentido de atender aos interesses do capital caracterizando-se um impeditivo ao esclarecimento.

O artigo “A mulher na ditadura militar: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina” de Larissa Tomazoni aborda aspectos relacionados à atuação política feminina no contexto da ditadura civil-militar no Brasil entre 1964 e 1984, destacando a atuação de mulheres denominadas “subversivas” pelo aparato governamental da época pelo seu envolvimento com movimentos de resistência – civil, armada e partidária – destacando-se a especificidade do aparato de repressão contra elas dirigido no tocante a determinadas formas de tortura – física e psicológica – como sendo especificamente direcionadas em virtude do gênero.

Emerson Gabardo e Ozias Paese Neves, no artigo “O Estado de exceção e as normas aprovadas por decurso de prazo: uma história de exacerbação do poder executivo na ditadura de 1964” investigam a relação entre poder e direito na história recente do Brasil (pós golpe civil militar de 1964). Valendo-se do conceito de “Estado de Exceção” do filósofo italiano Giorgio Agamben, os autores discutem a dinâmica na cultura jurídica ao longo do período ditatorial, que se transformou no discurso da ordem à gradativa e persistente invasão da função legislativa pelo executivo.

O artigo “A medicalização dos afetos: a ritalinização da infância e as implicações aos direitos da infância e da adolescência” de Jocimara Lopes da Silva Baumgardt e Pricilla Leshinehski Gouveia Zardo problematizam o aumento significativo de crianças diagnosticadas

com “Déficit de Atenção” nos últimos anos no Brasil, destacando até que ponto esses diagnósticos e seu “tratamento” via medicalização não acabam se constituindo como um dispositivo químico de controle da infância, em nome, muitas vezes, da garantia do direito à educação e à saúde, inviabilizando o direito à infância.

Finalmente, Vanessa Pereira Dlugosz e Roberta Hess Marins Azevedo, no artigo “A interferência no poder judiciário na garantia de uma educação inclusiva” abordam a atuação do poder judiciário do Paraná bem como a atuação da OAB Paraná na garantia do direito fundamental à educação, sob a perspectiva da inclusão escolar de crianças com deficiência.

Nossos préstimos a todos os autores, editores e avaliadores da Revista.

Uma leitura excelente a todos.

Curitiba, 11 de abril de 2017.

Professor Doutor Bruno Lorenzetto

Professora Doutora Andréa Maria Carneiro Lobo

Professor Doutor Eduardo Biacchi

Professor Doutor Alexandre Godoi Dotta

Mestre Juliane Hey Melo

Igor Felipe Bergamaschi